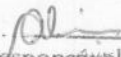


Câmara Municipal de Pelotas  
Documento Protocolado  
Sob N.º 0419  
Em 18/01/2013  
  
Responsável



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
GABINETE DO PREFEITO



CÂMARA MUNIC DE PELOTAS-18-Jan-2013-14:00-000419-1/2

Pelotas, 17 de janeiro de 2013

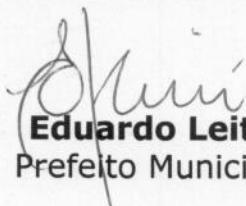
**MENSAGEM Nº 003/2013.**

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, no qual propomos alterações nos anexos da Lei Municipal nº 5.973, de 31 de dezembro de 2012.

Dessa forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo em regime de urgência, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

  
**Eduardo Leite**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

**Ademar Fernandes de Ornel**

DD. Presidente da Câmara Municipal

**Pelotas- RS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI**

*Altera os anexos da Lei Municipal nº 5.973, de 31 de dezembro de 2012, e dá outras providências.*

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

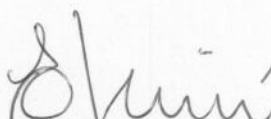
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

**Art. 1º** Esta Lei altera os anexos da Lei Municipal nº 5.973, de 31 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2013.

**Art. 2º** São aprovados os anexos que integram a presente Lei, em substituição aos constantes na Lei Municipal nº 5.973, de 31 de dezembro de 2012.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 17 de janeiro de 2013.

  
**Eduardo Leite**  
Prefeito Municipal

## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei se justifica em virtude da alteração da estrutura administrativa do Poder Executivo, aprovada através da Lei 5.962/2012.

Desta maneira, as alterações propostas revelam-se indispensáveis para a consecução dos objetivos e metas traçados no Plano de Governo aprovado pela população pelotense no pleito de 2012, e mesmo para que a nova estrutura, já aprovada pelo Poder Legislativo, tenha condições de operar efetivamente.

